

### MESA DIRETORA

#### FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Chicão da Silveira - PDT  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Remídio Monai - PR

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Flamarion Portela - PTC

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Jean Frank - PMN

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
*Suplentes:*  
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP  
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Chicão da Silveira - PDT

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Marcelo Natanael - PRB

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Sargento Damosiel - PRP  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO

**Atos Legislativos**

Ata da 2044ª Sessão Ordinária na Íntegra	2
Ata da Comissão Parlamentar de Inquérito, Criada nos Termos da Resolução nº 007/2011	5

EXPEDIENTE

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
 Telefone: (95) 3623-6665

AIAS VIANA BENTO  
 Superintendente Administrativo

VICTOR TAVARES PIRO  
 Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

**ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA**

**ATA DA 2044ª SESSÃO, EM 31 DE AGOSTO.**  
**41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**  
 = ORDINÁRIA =  
**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.**  
 (Em exercício)

Às nove horas do dia trinta e um de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadragésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** para atuar como Primeiro Secretário Ad hoc.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – Procedo à leitura do Expediente.

**RECEBIDO DOS DEPUTADOS:**

Memo nº 026/2011, de 23/08/11, do Deputado Sargento Damosiel, solicitando o desarquivamento do Projeto nº004/2010, de sua autoria, cujo tema refere-se à Segurança nos Eventos.

**RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:**

Mensagem Governamental nº 36, de 29/08/11, encaminhando para deliberação o Projeto de Lei, que dispõe sobre a criação da Escola Pública de Trânsito do Estado de Roraima.

Ofício nº 103/11, de 29/08/11, solicitando a retirada da Mensagem Governamental nº 034, de 22/08/11, bem como seu Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo do Estado de Roraima a conceder os serviços de remoção, depósito e guarda de veículos, sucatas e similares envolvidos em infração de trânsito, ilícitos penais e acidentados de trânsito com vítimas, de competência do Estado, e dá outras providências.”

Ofício nº 104/11, de 29/08/11, restituindo a Mensagem Governamental nº 034, de 22/08/11.

Mensagem Governamental nº 38, de 30/08/11, submetendo à apreciação, o Projeto de Lei que introduz modificações ao Anexo IV da Lei nº 773, de 04/05/2010, a qual dispõe sobre a instituição do Centro de Tecnologia de Informação Fazendária – CETIF e cria a Corregedoria da Fazenda.

**EXTERNOS:**

Ofício Circular nº 019/11, de 23/08/11, DO Tribunal de Contas do Estado de Roraima, encaminhando Cumprimento de Deliberação do TCE/RR.

Ofício Circular nº 181/11, de 10/08/11, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, encaminhando Termo Aditivo nº 11º/2011 – Convênio Plurianual Único.

Ofício nº 614/11, de 16/08/11, da Coordenação-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade, encaminhando o Quarto Termo Aditivo de Prorrogação de Ofício ao Convênio nº 019/2007.

Ofício nº 089/11, de 18/08/11, da Corregedoria-Geral, encaminhando Cronograma das Correições Ordinárias nas Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da Capital. Correspondência s/nº, de 18/08/11, do Deputado Campo Machado, encaminhando para conhecimento e consideração, o Projeto de Lei nº 767, de 2011, de sua autoria.

Ofício nº 681/2011 – Gabinete, de 24/08/11, da Secretaria de Estado da Fazenda, atendendo o Requerimento de Pedido de Informações nº 006/11, de autoria do Deputado Soldado Sampaio.

Correspondência s/nº, de 18/08/11, do Deputado Campo Machado, encaminhado, para conhecimento e consideração, o Projeto de Lei nº 767, de 2001, de sua autoria.

Ofício nº 681/2011 – Gabinete, de 24/08/11, da Secretaria de Estado da Fazenda, atendendo ao Requerimento de Pedido de Informações nº 006/11, de autoria do Deputado Soldado Sampaio.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Comunico aos Senhores Deputados que há uma PEC trancando a pauta e a Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, nós soubemos do episódio ocorrido ontem na Prefeitura de Boa Vista e ficamos bastante preocupados. Ontem tive a oportunidade de ir até a sede da prefeitura e vir, realmente, algumas coisas quebradas. Aqui a gente não vai discutir o que está certo e o que está errado e, com certeza, os órgãos de controles vão ver isso.

Nós sabemos da situação difícil pela qual passa a Prefeitura e a gente só pode fiscalizar, pois não somos vereadores, somos Deputados, mas eu achei que essa situação chegou a um ponto tão grave que resolvi me manifestar. Há muito tempo venho fazendo uma pesquisa no site do tesouro nacional sobre as transferências de verbas para o município de Boa Vista, assim como para Estado e, às vezes, para os municípios do interior, e as pessoas que conhecem o Prefeito **Iradilson** sabem que ele é um homem de bem, uma pessoa que vive há mais de 30 anos nesta terra, que tem compromisso, que já deu e continua dando uma grande contribuição para o engrandecimento dessa querida Cidade de Boa Vista, bem como para o Estado de Roraima, que ele é uma pessoa de bom coração. O Iradilson não é uma pessoa de índole ruim, infelizmente os números que vou mostrar aqui evidenciam as dificuldades que a capital do nosso querido Estado enfrenta.

Primeiro, eu pesquisei a relação de habitantes de cada capital do Brasil. Vou começar pela região norte. Temos Porto Velho, que é a capital de Rondônia, e lá somente 27% da população mora na capital. Quando nós chegamos no Rio Branco, no Acre, 45% da população mora na capital. Em Manaus, 51% em função da Zona franca, que é uma atração muito forte para as pessoas procurarem morar na capital, visto que há muito emprego, por isso, boa parte da população mora na capital. Em Boa Vista, 63,11% de toda população mora na capital. Portanto, Boa Vista é uma cidade Estado, pois tem uma população muito grande. Em Belém, somente 18% da população mora na capital. No Amapá, 59%, que o nosso irmão siamês, dos seus habitantes moram na capital. Em Tocantins, só 16% dos habitantes moram em Palmas. Na região nordeste: São Luiz 15%, Terezina 26%, Fortaleza 29%, Natal 25%, João Pessoa 9%, Pernambuco 17%, Maceió 29%, Sergipe 27%, Salvador 19%. Região sudeste: Belo Horizonte 12% da população do Estado mora na capital. Vitória do Espírito Santo 9%, Rio de Janeiro 39%, São Paulo 27%. Região sul: Curitiba 16%, Florianópolis, 6% da população de Santa Catarina, mora na

capital. Porto Alegre, 15% mora na capital, Mato Grosso do Sul, 32%, Cuiabá 18%, Goiás 21%. Portanto, se pode observar que não há nenhuma capital brasileira que chegue a 60%, só Macapá chega a 59% e nós aqui passamos de 63% da população morando na capital. Também pesquisei as transferências de FPE, tenho aqui desde de 2005, mas vou me prender aos últimos dois anos. Só para terem ideia, em janeiro de 2009 o município recebeu 19 milhões 540 mil FPE em janeiro de 2010, sete milhões e cem mil e agora, em janeiro de 2011 recebeu 10 milhões e 600 mil. Em fevereiro de 2009 recebeu 18 milhões, em 2010 8 milhões e agora em 2011, 11 milhões.

Em março de 2009, 14 milhões, em 2010, 06 milhões e em 2011 07 milhões. Em abril de 2009, 07 milhões, em 2010, 17 milhões; Em maio de 2009, 20 milhões e 600 mil, em 2010, 12 milhões e em 2011, 11 milhões.

O mês de agosto já está terminando, mas já está computada a transferência que a União fez de FPE para o município de Boa Vista no dia 29. Olhem bem, em 2009, no mês de agosto, a prefeitura recebeu 16 milhões, em 2010 14 milhões, e em 2011, 6 milhões e meio.

Sintetizando, em 2009 o município recebeu de transferência do fundo de participação dos municípios 221.129.384,44, já em 2010, saiu de 221 milhões para 120 milhões, praticamente a metade e, até agora, o município arrecadou 77 milhões e a previsão é que chegue a 105, 110 no máximo. Quer dizer, há realmente uma queda de transferência. Semana passada, quando aconteceu aquelas demissões lá no programa da saúde da família, eu e um grupo de Deputados fomos ao Conselheiro Henrique Machado, que é o Relator das contas desse ano, e ele disse que em três oportunidades fez um relatório encaminhando ao Excelentíssimo Senhor Prefeito a desobediência frontal a lei de responsabilidade fiscal. Qual é essa desobediência? A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que o município só pode gastar 54% com folha de pagamento, o município está gastando 64.3%, por isso, que o Conselheiro Henrique Machado não mandou demitir ninguém, isso é a verdade, mas demonstrou ao Prefeito os crimes de desobediência em cima da lei de responsabilidade fiscal, dando conhecimento de que se não corrigisse essa distorção, a situação poderia até culminar na perda de mandato do Prefeito. Portanto, é uma situação angustiante que vive a prefeitura de Boa Vista, os trabalhadores têm direito de reivindicar, de lutar pelos seus direitos, nós reconhecemos isso. Esse é um direito que fortalece a democracia, mas entendemos que não pode entrar na seara da agressão, da quebra de ordem, aí descaracteriza um movimento, porque já não é mais legítimo quando partem para a agressão.

Por isso, estou trazendo esse assunto aqui a baila, apesar de não ser Vereador, mas sou um representante do povo, amo esta terra. Aqui nasceram minhas filhas, minha vida está aqui e nós nos preocupamos com aquelas pessoas que estão lá na ponta, que às vezes, não têm um médico para medir a sua pressão, não tem acompanhamento e quando procuram o Centro de Saúde não tem o atendimento devido.

Portanto, é uma preocupação sim, e espero que o Prefeito haja imediatamente, que ele tente rever essa situação e, realmente, faça funcionar a saúde do município dentro das suas possibilidades, mas com bastante dignidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Deputado **Flamarion**, o pronunciamento de Vossa Excelência é muito pertinente. Em primeiro lugar, porque os dados que de Vossa Excelência trouxe, dados oficiais do município, desmentem o que nós temos visto praticamente todos os dias nos meios de comunicação de alguns grupos políticos deste Estado, que dizem que Roraima está com falta de gerenciamento, e que a prefeitura está nesta situação porque não fez o dever de casa. Essas informações já foram passadas a sociedade, o problema foi o fundo de participação.

Não estamos fazendo comparação, Deputado Flamarion, com gestões passadas não, com gestão inclusive da ex prefeita Tereza Jucá.

Em 2009, o prefeito era Iradilson, a prefeitura recebeu 221 milhões de transferência da União, é tanto que em 2009 nós não tivemos demissão, não tivemos essa série de problemas.

Em 2010 recebeu 120 milhões, praticamente 100 milhões a menos, para o município para o Estado, que dependem praticamente dessa transferência do fundo de participação. Todos nós sabemos que o Município de Boa Vista não tem como fazer arrecadação, porque nós tínhamos uma economia insipiente.

A previsão para todo o ano de 2011 é de 108 milhões, portanto, é um verdadeiro crime o que a União está fazendo com o Município de Boa Vista, deixando-o praticamente inadministrável. E isso porque é uma capital que detém mais de setenta por cento da população.

As reivindicações que os servidores fizeram ontem, entendemos como sendo legítimas mas, dificilmente o Prefeito terá como atendê-

los, porque não há como resolver todos os problemas, por absoluta incapacidade financeira.

Não concordamos com a baderna, com a depredação, até porque aquilo lá não é do prefeito Iradilson, aquilo lá pertence ao povo de Boa Vista e a população desse Estado. Foram lá e fizeram a depredação do patrimônio público.

Na semana passada nós estivemos em Curitiba, eu e o Deputado Erci de Moraes e a Unale, União Nacional dos Legislativos Estaduais, que está trabalhando. A bandeira da União em 2011 e também em 2012 vai se discutido o pacto federativo.

Com a Constituição de 88 transferiu-se muita responsabilidade para os municípios, só que a União fica com o dinheiro todo, o que prejudica também os Estados. Era para vir mais recursos, do FPF inclusive para o Governo do Estado, para todos os municípios do interior, e todas as prefeituras do Brasil que estão com problemas.

Agora a crise em Boa Vista é muito maior do que nos outros Municípios. Pelas informações que Vossa Excelência prestou, sessenta e três por cento da população mora aqui. Além disso, Deputado Flamarion, nós fazemos coisas que eram para ser de responsabilidade do Governo, como é caso da assistência ao hospital Santo Antônio, que faz hoje assistência de média e alta complexidade, quando se sabe que na lei do SUS isso é responsabilidade do Estado. Cabe ao Município a atenção básica e, mesmo assim, a prefeitura está fazendo das triplas corações, prestando assistência, quando nós sabemos que isso é responsabilidade do Estado.

Diante da situação, não teríamos como não estar nessa crise. Está aí a cidade cheia de buracos, a coleta de lixo precisando melhorar e não se sabe onde buscar dinheiro para resolver essa situação.

Graças a Lei Cândia, do ex - Deputado Antônio Cândia, e aqui está livro que trouxemos: “a Lei Cândia e o enfraquecimento dos Municípios”, editado de 15 a 20 dias atrás, que está sendo enviado para todos os prefeitos do País, para ver se fazem um movimento nacional diante dessa concentração excessiva de renda por parte da União.

O Governo Federal teve um superávit extraordinário nos últimos seis meses, só que não distribui a renda. O dinheiro não vai para os Estados, não vai para os municípios. O Governo está arrecadando mais, tendo um superávit, mas está pagando juros de sua dívida quando esse dinheiro deveria estar sendo redistribuído para os municípios. Então, nós estamos diante de uma dificuldade imensa. E, sinceramente, eu só vejo uma solução para resolver essa questão dos municípios do Brasil, é os Deputados Federais e os Senadores aderirem ao movimento de prefeitos e de Deputados Estaduais, enfim, até dos Governos Estaduais para modificar essa Lei Cândia e melhorar essa redistribuição de renda no país, melhorando assim a questão do pacto federativo. Muito obrigado, Deputado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado **Flamarion**, a questão da prefeitura de Boa Vista é que, além dessa queda da Receita do FPM, houve outro agravamento. Houve investimentos maciços em anos anteriores que fez com que o IDH ultrapassasse o IDH de Macapá dentro daquele índice das capitais e fez com que houvesse uma queda de receita para as outras capitais que estão nos mesmos níveis de Boa Vista. Isso foi muito ruim para Roraima. O outro lado da história é que esse processo de retirar dinheiro dos Estados e Municípios começou no Governo Fernando Henrique e acentuou-se muito no Governo Lula, porque na época da crise o que ele fez? Ele fez festa com o dinheiro dos outros, fez isenções de IPI para veículos, para os equipamentos, para eletrodomésticos, motocicletas, e bicicletas. Isso fez com que os Estados e os municípios que dependem do FPM e do FPE passassem por uma crise sem precedentes. Isso foi um presente de Papai Noel. São Paulo e Amazonas tiveram receitas excepcionais, mas os outros Estados que dependem do FPE e do FPM começaram a entrar em uma crise e não conseguiram mais sair. É evidente que, agora esse ano, há uma recuperação do FPE dos Estados, muito mais pelo crescimento econômico do país. Então, essa crise tem esses dois fundamentos para a economia que não mexem quando que são as contribuições provisórias. Essa é uma receita que vai especificamente para a união, ou seja, nessa daí ela não abre mão de nada. Agora, abre mão das receitas que vão para os Estados e municípios, tirando dinheiro sem repor, o que é ilegal e inconstitucional. Eu gostaria só de contribuir colocando esse ponto no seu discurso.

O Senhor Deputado **Flamarion Portella** continua. – Deputado **Joaquim Ruiz**, realmente Vossa Excelência diz uma verdade. A gente é curioso em se tratando de economia porque lemos também artigos de matérias articulistas econômicas. Hoje, em torno de 64% de todo o bolo arrecadado fica com a União, somente 30 e

poucos por cento ela partilha. E, só há dois impostos que partilha que são o IPI e o Imposto de Renda, Deputado **Joaquim Ruiz**. Só esses dois, o resto fica tudo com a União. Eu estou aqui com o site do tesouro nacional: [www.tesouro.fazenda.gov.br/Município](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/Município). Lá, podemos ver desde 2005 as transferências para o município de Boa Vista, até para termos uma noção. E olha que me prendi aqui só no ano de 2009, 2010 e 2011. Veja bem Vossa Excelência, em 2009 o município de Boa Vista recebeu 221.129.384,44 de FPM. Em 2010, Deputado **Joaquim**, ele recebeu 128.226.110,82, quase 100 milhões a menos. Até agora, inclusive, com o duodécimo de ontem, olhem só o quanto a Prefeitura recebeu no mês de agosto inteiro, Deputado Joaquim Ruiz, 6.578.854,79 no mês inteiro. Somando o mês ao ano de 2011 dá 77.880.349,44. A previsão é que chegue aqui a 105 milhões. Quer dizer, nós tivemos de 2009 para 2010 quase 100 milhões e de 2010 para 2009 vamos ter uma diferença de 20 milhões de reais. Então, é algo significativo. Eu queria trazer esses números pois sempre trago números para a Assembleia Legislativa para que os Parlamentares e a sociedade façam uma reflexão a respeito deste momento difícil que passa a nossa querida capital. Muito obrigado. O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Nas desigualdades regionais, principalmente na região norte do Brasil, do jeito que está indo os cortes do FPM, há prefeituras do interior do Estado que, a partir do ano que vem, não conseguirão mais pagar sua folha de pagamento. Nós somos totalmente dependentes dos recursos da União, e hoje esse preço que o prefeito Iradilson está pagando é muito caro e injusto. Os movimentos, as lideranças sindicais buscarem os seus interesses é mais do que justo, mas depredar o patrimônio público não. Eu gostaria aqui de deixar o nosso repúdio registrado, não podemos aceitar essas situações.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, funcionários, platéia que nos prestigiam, amigos que nos ouvem através da rádio comunitária de Rorainópolis e através da UNIVIRR em todos os municípios desse Estado. O que nos trás a Tribuna hoje é para falarmos sobre a proposta de Moção de Apoio que apresentei nesta Casa à Proposta de Emenda à Constituição nº 300, que está tramitando no Congresso Nacional e que tem por objetivo estabelecer a remuneração dos policiais militares e bombeiros dos Estados em piso único, nacional, o qual não poderá ser inferior a remuneração da polícia militar do Distrito Federal, aplicado também, ao corpo de bombeiros militares inativos das mesmas corporações em todas as Unidades Federadas. Nós fizemos essa Moção de Apoio para ser votada por esta Casa porque eu acredito que todos os Deputados concordam conosco que nós precisamos ter um piso nacional e que não pode haver uma diferença de remuneração. Enquanto um soldado da polícia militar do Distrito Federal recebe em torno de 5 mil reais mensais, o do nosso Estado recebe a metade disso e há policiais de outros Estados que recebem em torno de mil reais. Nós precisamos ter uma política salarial única para todos os policiais militares brasileiros que representam mais de 500 mil profissionais da segurança pública. Esta Moção de Apoio a PEC 300 nós apresentamos e pedimos que, sendo aprovada, o Presidente da Assembleia Legislativa possa encaminhá-la ao Congresso Nacional no sentido de dizer que esta Casa é solidária a todos os policiais militares e bombeiros militares do nosso País e, particularmente, aos do nosso Estado.

Uso também esta Tribuna para dizer Senhor Presidente, caro colegas Deputados, que a Folha de Boa Vista noticiou na segunda-feira uma entrevista que demos na Rádio Folha, no domingo, onde informamos que o Governador do Estado, efetivamente, já autorizou e anunciou a realização de concurso público. E, informamos, também, que o edital para o referido concurso está em fase final de preparação e que nas próximas semanas deverá está sendo lançado. E, quando saiu a matéria na Folha de segunda-feira, a informação era de que este Deputado estava anunciando o concurso e que o edital seria lançado na próxima semana. Então, apenas para informar a Casa e a comunidade, porque estamos sendo questionados em todos os lugares que nós vamos sobre o edital, que efetivamente quem anunciou e quem informou a autorização para o concurso foi o Chefe do Poder Executivo, o Governador José de Anchieta, e que o edital efetivamente está em fase de conclusão e nas próximas semanas estará pronto e não na semana que vem como foi anunciado. Então, para que toda a sociedade roraimense saiba, vai haver um concurso. Isso é interesse do Governo do Estado que tem sido sensível às questões da segurança pública, pois recentemente autorizou a realização de concurso público para Agente Carcerário com 300 vagas e o edital foi lançado no mês de junho e, em breve, será realizado o certame. E, da mesma forma, o Governador Anchieta tem sido sensível as questões da Polícia Militar autorizando

o concurso e, acreditamos que até o final desse semestre o concurso seja realizado, e ofertará seiscentas vagas, o que é uma necessidade urgente para completar o efetivo necessário para atender as demandas de segurança pública no Estado e para que os nossos jovens homens e mulheres se preparem para o concurso e venham a integrar as fileiras da Polícia Militar. Quero dizer que estaremos sempre trabalhando nesta Casa buscando melhorias para esse setor do Poder Executivo, atendendo as demandas por segurança pública. Concedo um aparte ao Deputado Soldado Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Parabéns pela iniciativa da Moção de Apoio a PEC 300. Gostaria de me somar a Vossa Excelência. Estive, na segunda-feira, em Brasília, na comissão de segurança pública e fizemos uma grande reunião com os mais de 15 Estados presentes, envolvendo praças, a ANASPA, a FENAME representando os oficiais do Brasil todo e a Confederação dos Policiais Civis, e definimos uma Coordenação Nacional do Movimento em Defesa da PEC 300, haja vista que, hoje é uma decisão do Governo Dilma arquivar a PEC 300, e não aprovar no Congresso nenhuma proposta que crie despesa para a União. Contudo, sabemos que isso não é despesa, é investimento em segurança pública. Mas, sabemos que há má vontade por parte do Governo Federal que está abrindo mão de 25 bilhões em redução de IPI para a questão automobilística e eletrodoméstico e, alega que não tem recursos para pagar a PEC 300 que seria em torno de 47 a 50 milhões. Isso demonstra falta de compromisso por parte do Governo Federal para com os trabalhadores, mas precisamos nos organizar. Inclusive, quero convidar Vossa Excelência para fazermos uma caravana de Deputados para visitarmos as Assembleias de todo o Brasil, para buscarmos apoio, conversar com os governadores para que orientem sua bancada a votar em favor da PEC 300. Vossa Excelência está de parabéns.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Muito obrigado Deputado Sampaio, com certeza Vossa Excelência é um dos companheiros desta Casa que tem trabalhado pela melhoria salarial dos integrantes da Polícia militar e do Corpo de Bombeiros.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Deputado, quero parabenizá-lo por esta manifestação a favor da PEC 300 que tramita no Congresso Nacional, mas, ao mesmo tempo, existe essa preocupação que o Soldado Sampaio acabou de explicitar. O Governo Federal já deixou claro, o Ministro da Fazenda que não tem nenhum interesse, pelo menos no momento, de que essa PEC 300 seja aprovada, porque acarretaria mais despesas para a União e existe essa preocupação de que essa PEC fique lá, pelo menos por enquanto, dormitando. Eles estão alegando crise internacional, que nós sabemos que é uma crise grave, séria, pois vemos a situação hoje da França, da Itália, de Portugal, enfim, a banca financeira internacional, está levando o dinheiro de todo mundo, inclusive, dos países mais desenvolvidos. Essa crise é uma crise que foi e é criada pelos bancos com a sua sede insaciável por dinheiro, que vivem a aplicar os recursos nos países que pagam mais juros como é o caso do Brasil, deixando toda a população a mercê das suas vontades. Não acredito que isso seja aprovado agora, a não ser que as polícias militares e os policiais de todo o Brasil cruzem os braços e façam movimentos, protestos indo a Brasília para forçar a aprovação da PEC 300 que é um direito legítimo dos policiais militares e que daria uma isonomia a esses policiais, assim como foi feito com os professores, o que contudo, ainda hoje o Governo Federal não quer cumprir o piso dos professores. Houve Governadores, inclusive, que entraram na justiça contra o piso nacional dos professores. Então, nós nos solidarizamos com Vossa Excelência, mas essa é uma questão muito complexa e depende que uma bancada forte queira cobrar isso em cima do superávit do próprio governo, pois eu creio que se o governo quisesse fazer, não haveria necessidade nenhuma de patrocinar, inclusive, a aprovação desse piso para os policiais militares. Um dos maiores problemas deste País é a saúde e a segurança pública, e o Governo tem que encarar isso de frente.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua- Muito obrigado Deputado, suas colocações são bastante oportunas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhor Deputado, Vossa Excelência aborda, mais uma vez, temas relevantes com os quais temos que estar permanentemente preocupados, como a questão de segurança, não só no nosso Estado, mas no Brasil inteiro. Eu vi a entrevista de Vossa Excelência no jornal, na segunda-feira, onde o Senhor de forma despreziosa, no intuito de dizer que está aqui lutando pela segurança do Estado, está aqui preocupado com a segurança do Estado, destacando que ela carece de maiores investimentos para que haja, na sua estrutura,

condições de trabalhos mais dignas e que a ponta sinta a eficiência da nossa polícia anunciando o concurso público para 600 policiais. Acho que é um número de servidores que o Estado possa pagar no momento, mas Vossa Excelência sabe que nós necessitamos de mais policiais, pois há uma perspectiva de criarmos mais Municípios, com uma nova estrutura, e lá deve haver uma estrutura da nossa briosa polícia Militar para dar mais tranquilidade e segurança à população. Portanto, Vossa Excelência como colaborador do Governo, como aliado do Governo, deu essa notícia que, tenho certeza, foi de forma humilde. Estou muito feliz por ver que o seu trabalho, o do Deputado Soldado Sampaio e dos outros Pares já está dando fruto no sentido de o governo estar atento quanto à elaboração do edital para contratação de 600 pessoas através do critério maior, mais justo, mais perfeito, legítimo e legal que é o concurso público. Portanto, eu louvo, mais uma vez, Vossa Excelência pela iniciativa de estar preocupado com a segurança deste Estado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua- Obrigado Deputado Flamarion Portela, suas observações nos motivam ainda mais nesta caminhada em busca de debates sobre as políticas públicas que visem os interesses coletivos, que visem o bem comum e, eu tenho certeza que, com seu apoio e dos demais colegas, nós vamos estar sempre com o nosso norte direcionado para esses objetivos. Então, finalizando, quero pedir o apoio a todos os colegas desta Casa, em sendo destrancada a pauta da Ordem do Dia, essa Moção de Apoio ser votada e nós podermos, aí sim, Deputado Soldado Sampaio, termos um instrumento de apoio e de sensibilização junto a Bancada Federal e, também, ao Congresso Nacional. Enfim, eram essas as nossas observações, dizendo que estaremos sempre trabalhando com esses objetivos. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais Oradores inscritos para o Grande Expediente e nem matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, quero convidar os Senhores Deputados a participarem do II Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Roraima, que iniciará na data de hoje. Nesse evento serão tratados temas como educação, saúde, infraestrutura e diversos outros temas. Acho importante que os Deputados participem desse Fórum, cada um, respectivamente, nas suas Comissões para que possamos apresentar algumas sugestões de interesse do Estado. Acho que ali será o momento de conversarmos com os técnicos do Governo do Estado temas de grande importância para o Governo.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Senhores Deputados, solicito às lideranças da Casa que cheguem a um entendimento sobre a PEC 300, pois a mesma está trancando a pauta da Ordem do Dia das Sessões. Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e, não o havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 01, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 01/09/11

#### OUTRAS PUBLICAÇÕES - CÂMARA MUNICIPAL DE BONFIM

##### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA NOS TEMOS DA RESOLUÇÃO Nº 007/2011, REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2011.

Aos treze dias do mês de outubro do ano de 2011, às 10h, no Plenário da Câmara Municipal de Bonfim, sito a Rua XV de Novembro, nº 58, Centro, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, criada nos termos da Resolução nº 007/11, destinada para, nos termos do inciso XIV do art. 38 da Lei Orgânica do Município de Bonfim, art. 50 e seus §§ do Regimento Interno da Câmara, e Requerimento nº 001/11, datado de 30 de agosto do corrente, de autoria de 1/3 dos Membros da Câmara deste Município, lido na Sessão Plenária do dia 13 de setembro do corrente, para investigar atos do Poder Executivo Municipal que culminaram com aquisição de bens e serviços, diante de irregularidades apontadas no Processo Licitatório conforme denúncia do Senhor José Maria Barbosa da Silva RG Nº 3816747/SSP/PA e CIC nº 645.250.902-00. Sob a Presidência do Senhor Vereador **Charles Wilson Calandriny Macêdo**, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Vereadores, **Cidraque Dias da Silva**, Relator e **Hamilton da Silva**, Membro.

#### I - ABERTURA DA REUNIÃO

Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Feita a leitura da Ata, o Senhor Presidente colocou-a em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. Por determinação da Presidência desta Comissão, as falas serão transcritas na íntegra.

#### III – EXPEDIENTE

O Senhor Presidente **Charles Wilson Calandriny Macêdo** - Quero registrar a presença do Presidente desta Casa Genner Dantas Monteiro que está acompanhando os trabalhos desta CPI, bem como das demais pessoas aqui no Plenário, assistindo todo o trabalho desta CPI. Comunicamos aos senhores Membros desta Comissão, que consta no expediente: Ofício/CPL/067/11 da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal deste Município, bem como ofício/CPI nº 004/11, solicito ao Vereador Hamilton que a leitura dos ofícios.

O Senhor Vereador **Hamilton da Silva** – Comissão Permanente de Licitação, ofício CPI/067/11. Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Vereador Charles Wilson Calandriny Macêdo. Em resposta ao ofício CPI/003/2011, venho a presença de Vossa Excelência me manifestar e ao final requerer da forma segue. No dia 06 de outubro do corrente ano, quinta feira, aproximadamente às 17 h foi protocolado no gabinete da Prefeitura Municipal de Bonfim, Roraima, um requerimento firmado por Vossa Excelência requisitando a remessa imediata, com prazo de 5 dias, 81 processos licitatórios. Em que pese Vossa Excelência fazer advertência legal sobre eventual não cumprimento de Vossa requisição, informo a Vossa Excelência que não tenho pessoalmente qualquer interesse em não cumprir a Vossa requisição, todavia, por razões absolutamente de força maior informo que a competência da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal é de apenas realizar as licitações, não ficando a seu encargo a guarda e o eventual arquivamento dos processos depois de concluída a Licitação, restando tal tarefa para outro órgão municipal. Outrossim, informo ainda que somente hoje, dia 10 de outubro de 2011, segunda- feira, tomei conhecimento formal de Vossa requisição, e por não ter competência para a guarda dos processos licitados, encaminho a Vossa Excelência para que seja oficiado ao órgão que detenha a guarda e responsabilidades dos processos já licitados e eventualmente arquivados nesta Prefeitura Municipal. Respeitosamente, nestes termos, peço deferimento, Boa Vista, 10 de outubro de 2011, Josemar Ribeiro Batista Presidente da CPL. Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI – Criada nos termos do Requerimento nº 001/11 e da Resolução nº 007/11. OFÍCIO/CPI/ Nº 004/11. Palácio Cajazeiras, 11 de outubro de 2011. Ilmo Senhor Josemar Ribeiro Batista Presidente da CPL Senhor Presidente. A Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 007/11, em resposta ao Ofício CPL/067/11, apresenta o Indeferimento, por não aceitar a falta de colaboração para com os trabalhos desta CPI, haja vista o não encaminhamento, por vós ao setor responsável que, supostamente, mantém a guarda dos Processos Licitatórios. No mais reiteramos a requisição dos documentos anteriormente solicitados no prazo de 48 horas, tendo até as 15 horas do dia 13 de outubro do corrente para entregá-los, ficando Vossa Senhoria responsável por encaminhar esse ofício ao setor que detém a guarda dos Processos Requisitados. Notificamos à Vossa Senhoria que o não cumprimento dessa determinação será considerado como forma de impedir o regular funcionamento desta Comissão considerando-se como crime, nos termos da Legislação pertinente à matéria, sujeitando-se como tal às penas da Legislação aplicável. Cordialmente, Charles Wilson Calandriny Macêdo Presidente da CPI.

O Senhor Presidente **Charles Wilson Calandriny Macêdo** – Com a palavra o Senhor Relator, Vereador **Cidraque Dias da Silva**

O Senhor Relator, Vereador **Cidraque Dias da Silva** – Senhor Presidente, esta Comissão esta reiterando o ofício enviado à Prefeitura Municipal do Bonfim pelo Presidente desta Comissão, como estamos esperando resposta deste ofício, a sessão deve reiniciar a partir da 15h 30min, obrigado, não tenho mais nada a tratar Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Charles Wilson Calandriny Macêdo** -Suspendo a reunião pelo tempo necessário para aguardar o recebimento dos documentos reiterados pelo Ofício 004/2011.

O Senhor Presidente **Charles Wilson Calandriny Macêdo** - Às 15h 40min dou por reaberto os trabalhos desta Comissão, constatando na mesa documento sem número da Comissão Permanente de Licitação. Solicito ao Senhor Vereador Hamilton da Silva que faça a leitura do mesmo.

O Senhor Vereador **Hamilton da Silva** - Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Vereador Charles Wilson Calandriny Macêdo. Em resposta ao Ofício CPI/004/2011, venho a presença

de Vossa Excelência com todo respeito e acatamento, informá-lo que não poderei cumprir com a Vossa determinação de entregar no prazo fixado os 81 processos da relação contida no Ofício CPI/003/2011, tramitaram nesta CPL, devido ao fato de não termos mais contato físico com os mesmos, uma vez que este servidor público não possui a competência legal para a guarda e o arquivamento dos mesmos depois de concluído o Processo Licitatório. Por oportuno, informo a Vossa Excelência que adentrei com um Habeas Corpus Preventivo junto ao respeitável juízo da Comarca de Bonfim, de Roraima, afim de não sofrer constrangimento ilegal e arbitrário por parte desta Comissão Parlamentar. Respeitosamente, Boa Vista, Roraima, 13 de outubro de 2011, Josemar Ribeiro batista, Presidente da CPL.

**O Senhor Presidente Charles Wilson Calandriny Macêdo**

– Com a palavra o Senhor Relator, Vereador Cidraque Dias da Silva

**O Senhor Relator, Vereador Cidraque Dias da Silva** –

Diante dos documentos apresentados e tendo todos os ofícios e requisições não atendidos, nos resta entrar com requerimento de busca e apreensão nos locais que a Comissão achar conveniente. Senhor Presidente não tenho mais nada a tratar.

**O Senhor Presidente Charles Wilson Calandriny Macêdo** – Coloco o Requerimento verbal do Senhor Relator em votação, a votação será simbólica os Vereadores Membros que

concordam, permaneçam como estão. (aprovado)

**O Senhor Presidente Charles Wilson Calandriny Macêdo** – Determino a Assessoria Jurídica que providencie o documento apropriado para busca e apreensão.

**IV – ENCERRAMENTO**

**O Senhor Presidente Charles Wilson Calandriny**

**Macêdo** – Comunico que na oportunidade da expedição do Mandado do Senhor Juiz, esta Comissão será informada e convocada para uma nova reunião e não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos os senhores Vereadores e dou por encerrada a presente reunião. Após o encerramento da reunião pelo senhor Presidente, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Vereadores e encaminhada à publicação.

**Charles Wilson Calandriny Macêdo**

Presidente da CPI.

**Cidraque Dias da Silva**

Relator da CPI.

**Vereador Hamilton da Silva**

Membro

Aprovada em: 27/10/11



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
 DO ESTADO DE RORAIMA  
**A Força do Povo**

A Força do Povo  
 DO ESTADO DE RORAIMA  
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

**PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO**

